



**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA**

RESOLUÇÃO 002/2022, DE 12 DE ABRIL DE 2022.

Dispões sobre a Regulamentação dos Procedimentos a serem adotados pelo Setor de Recursos Humanos na Câmara Municipal de Paranatinga – MT.

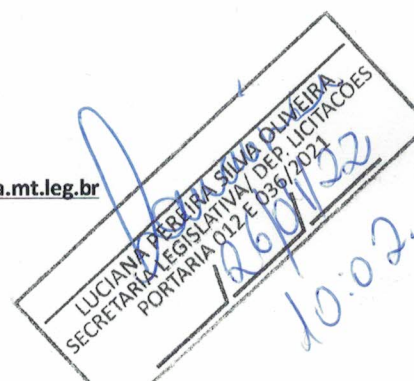
CLEITON RODRIGUES DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, prevista no Regimento Interno da Câmara Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele presidente promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º- O Setor de Recursos Humanos da Câmara Municipal deverá observar e operacionalizar, além do disposto no Estatuto do Servidor Público de Paranatinga deverá observar os procedimentos constantes desta Resolução.

DO CADASTRO DOS SERVIDORES

Art. 2º- Todos os servidores deverão ser cadastrados em sistema informatizado de folha de pagamento, mantendo-se por meio documental, as fichas individuais de assentamento funcional contendo, no mínimo, cópia dos seguintes documentos:

- I - Certidão de Nascimento ou Casamento;
- II - Cédula de identidade;
- III - Cartão do CPF;





ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

IV - Comprovante de escolaridade;

V - Certidão de nascimento dos filhos;

VI - Quitação com o Serviço Militar (homens);

VII - Registro no Conselho Regional (no caso de profissões regulamentadas);

VIII - Atestado Médico de Saúde;

IX - Carteira de Habilitação de Motorista (conforme exigência do cargo);

X - Carteira de Vacinação para filhos menores de 14 anos.

XI - Documentos comprobatório de habilitação quanto a preenchimento de cargos em comissão (quando a lei exigir).

Parágrafo único. Os cadastros deverão ser mantidos sempre atualizados registrando-se as alterações funcionais verificadas. Deverão ser registradas, entre outras as seguintes informações:

I - Gozo de férias anuais (Lei Municipal Nº. 024/97, de Dezembro de 1.997)

II - Gozo de licença para tratamento de saúde próprio onde pessoa da família (Lei Municipal Lei Nº. 024/97, de Dezembro de 1.997)

III - Gozo de licença de maternidade, adotante e paternidade (Lei Municipal Nº. 024/97, de Dezembro de 1.997)

IV - Gozo de licença para concorrer a cargo eletivo (Lei Municipal Nº. 024/97, de Dezembro de 1.997).

VI - Gozo de licença para desempenho de mandato classista ou associativo (Lei Municipal Lei Nº. 024/97, de Dezembro de 1.997).

VII - Gozo de licença devido a acidente no serviço (Lei Municipal Nº. 024/97, de Dezembro de 1.997)



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

VIII - Gozo de licença por motivo de doença em pessoa da família (Lei Municipal Nº. 024/97, de Dezembro de 1.997)

IX - Gozo de licença prêmio por assiduidade (Lei Municipal Nº. 024/97, de Dezembro de 1.997),

X - Gozo de licença para prestar serviço militar ((Lei Municipal Nº. 024/97, de Dezembro de 1.997)

XI - Gozo de licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro (Lei Municipal Nº. 024/97, de Dezembro de 1.997)

XII- Faltas justificadas e injustificadas (Lei Municipal Nº. 024/97, de Dezembro de 1.997)

XIII - Afastamentos (casamento, falecimento de familiar, doação de sangue, afastamento para servir a outro órgão ou entidade, etc. (Lei Municipal Nº. 024/97, de Dezembro de 1.997)

XIV - penalidades de advertência, suspensão ou demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão, (Lei Municipal Nº. 024/97, de Dezembro de 1.997)

DAS NOMEAÇÕES

Art.3º - As nomeações de servidos de cargo de provimento efetivo, para cargos de provimento em comissão, será feita por ato de Portaria da lavra do Presidente da Câmara Municipal.

Art. 4º - A nomeação para cargos em comissão, cujas características são o desempenho de funções relativas à direção, chefia e assessoramento, ficará condicionada à existência de vaga na Lei Municipal do Plano de Cargos e Salários dos



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

servidores Públicos da Câmara Municipal ((Lei Municipal Nº. 024/97, de Dezembro de 1.997) e alterações posteriores ou outras que venha a substituí-la).

Art. 5º - O preenchimento para cargos de provimento efetivo será precedido de concurso público de provas e títulos, respeitada a classificação por cargo e também limitada ao número de vagas previstas em lei, respeitada os termos do art.37, da Constituição Federal.

Art. 6 - A admissão por excepcional interesse público ficará adstrita às situações, prazos e condições previstas em lei especial.

DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 7º - Na avaliação do desempenho dos servidores em estágio probatório a comissão utilizará o formulário próprio.

Art. 8º - Todas as condições e deliberações da comissão de avaliação de estágio deverão ser registradas em ata, em livro próprio ou impressas por sistema informatizado, numeradas por ordem sequencial de data e firmadas pelos membros integrantes da comissão, composta por servidores.

Art. 9º - O servidor que atingir nota igual ou superior à mínima estabelecida em todas as fases de avaliação do desempenho no período de 03 (três) anos terá apostilado junto ao ato de nomeação a condição de servidor estável para todos os efeitos legais.

DA FOLHA DE PAGAMENTO

Art. 10 – Na elaboração da folha de pagamento dos servidores o Setor de Recursos Humanos deverá promover o controle individualizado de todas as verbas remuneratórias legalmente previstas, referentes a:



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

- I – Vencimento: valor fixado pela lei para cada cargo;
- II – Adicionais;
- III – Por serviço extraordinário;
- IV – Noturno;
- V – De férias;
- VI – Insalubridade e periculosidade;
- VII – Escolaridade;
- VIII – Aperfeiçoamento (capacitação);
- IX – Gratificações por acúmulo de função;
- X – 13º salário;
- XI – Função gratificada;
- XII – Descontos;
- XIII – Previdenciário;
- XIV – Imposto de renda;
- XV – Pensão alimentícia;
- XVI – Adiantamentos;
- XVII – Outros não mencionados que existam ou venham existir.

DO CONTROLE DE PONTO

Art. 11 – O acesso às dependências da Câmara Municipal de Paranatinga é controlado



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

e registrado pelo sistema de controle Eletrônico de ponto Digital, obrigatório a todos os servidores desta casa de Leis, exceto os cargos de natureza específica de dedicação exclusiva.

Art. 12 – Os servidores que necessitarem se ausentar-se do trabalho deverão solicitar mediante requerimento, comunicando e redigido termo endereçado ao chefe imediato.

Art. 13 – O Chefe imediato após despachar o referido, deverá entregar no prazo máximo de 24 horas ao Departamento de Pessoal para que o mesmo proceda a compensação de horas, se for o caso;

Art.14 – Os atrasos injustificados ao serviço, após o horário estabelecido, e as saídas antecipadas, quando não justificadas, deverão ser descontados em folha de pagamento.

Art. 15 – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação ficando revogadas as disposições em contrária.



GLEITON RODRIGUES DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal



FERNANDES ANTONIO CARLINI
1º VICE PRESIDENT



JOÃO LOPES DA SILVA
2º VICE PRESIDENTE


JOSEVAINÉ SILVA DE SOUZA
1º SECRETÁRIO


JOÃO BOSCO DE ARRUDA
2º SECRETÁRIO

Publique-se
Afixe-o
Cumpra-se



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA
JUSTIFICATIVA

As mudanças ocorridas na Câmara Municipal de Paranatinga mudou o papel da gestão de recursos humanos, as novas demandas fez com o RH assumisse novas posturas e novas atribuições nas organizações, a Câmara Municipal está adotando estas atitudes por esta passando por dificuldades de adaptação e competitividade por não terem preparado a mudança organizacional e terem efetuado apenas intervenções superficiais.

Historicamente conhecida como Administração de Pessoal, a área de Recursos Humanos é responsável, de modo bem genérico, por administrar as pessoas dentro desta Casa de Leis.

A Câmara está passando por inúmeras transformações, e com isso a Gestão de Pessoas também deve ser transformada.

O modelo atual que está sendo implantado afirma que os servidores devem ser fonte de vantagem. Mas a área de RH também tem que ser, por si só, uma fonte que agregue valor a cadeia de valor organizacional.

A Câmara estará implementando sistemas de informação para administração de pessoal, nos quais os servidores, além de receber informação de maneira rápida e homogênea, podem atualizar seus dados pessoais, solicitar férias, imprimir recibo de salário, acessar benefícios e inscrever-se em cursos, entre outras vantagens.

Entre outros benefícios o RH tecnológico reduz custos e melhora a eficiência, através da redução de papel e redução de fluxo de trabalho; da automação de atividades rotineiras e repetitivas; da liberdade que dá aos servidores para que utilizem os sistemas de forma digital cada vez mais informada sobre assuntos relativos à RH; podemos observar o aumento na velocidade de resposta dos sistemas/atividades de RH; e da garantia de tomada de decisões mais informadas por parte dos servidores.

LUCIANA PEREIRA SILVA OLIVEIRA
SECRETARIA LEGISLATIVA DES. LICITAÇÕES
PORTARIA 012 E 036/2021



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Por fim, permite que a equipe de RH deixe de lado as atividades rotineiras e operacionais para se dedicar as atividades mais produtivas e estratégicas.

Certo de Vossas Excelências apreciarão a matéria dentro do espírito desenvolvimentista, roga-se pela aprovação da referida resolução nos termos propostos.

Câmara Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 12 de abril de 2022.



CLEITON RODRIGUES DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal




FERNANDES ANTONIO CARLINI
1º VICE PRESIDENTE



JOÃO LOPES DA SILVA
2º VICE PRESIDENTE



JOSEVAINÉ SILVA DE SOUZA
1º SECRETÁRIO



JOÃO BOSCO DE ARRUDA
2º SECRETÁRIO